



Espaço Plural

ISSN: 1518-4196

espacoplural@yahoo.com.br

Universidade Estadual do Oeste do  
Paraná  
Brasil

Bezerra de Melo, Demian  
DITADURA "CIVIL-MILITAR"?: CONTROVÉRSIAS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE O  
PROCESSO POLÍTICO BRASILEIRO NO PÓS-1964 E OS DESAFIOS DO TEMPO  
PRESENTE

Espaço Plural, vol. XIII, núm. 27, julio-diciembre, 2012  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Marechal Cândido Rondon, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=445944369004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# DITADURA “CIVIL-MILITAR”?: CONTROVÉRSIAS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE O PROCESSO POLÍTICO BRASILEIRO NO PÓS-1964 E OS DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE

*DICTATORSHIP “CIVIL-MILITARY”?: HISTORIOGRAPHICAL CONTROVERSIES OVER THE BRAZILIAN POLITICAL PROCESS IN POST-1964 AND THE CHALLENGES OF THE PRESENT TIME*

Demian Bezerra de Melo<sup>1</sup>

**Resumo:** O propósito deste texto é discutir a limitação de uma noção que desde os anos 2000 tem ganhado ares de “renovação conceitual” para o entendimento do regime ditatorial implantado no Brasil em 1964. A partir da constatação trivial de que tanto na operação do golpe de Estado quanto na condução da ditadura houve participação importante de setores não-fardados em posições relevantes, esta idéia busca definir tal situação a partir do termo “civil-militar” adjetivando tanto o golpe de 1964 quanto a ditadura que se seguiu. A partir de um apanhado na literatura, procura-se apontar as insuficiências e os desdobramentos mistificadores que tal noção encerra, em primeiro lugar por naturalizar uma visão corporativa dos militares sobre a sociedade; em segundo, por não ser capaz de dar conta dos nexos reais que articularam o grande capital monopolista com o aparelho de Estado naquela quadra histórica.

**Palavras-chave:** Ditadura civil-militar, historiografia, revisionismo.

**Abstract:** The purpose of this paper is to discuss the limitation of a notion that since the 2000 years has gained an air of “conceptual renewal” for understanding the nature of the dictatorial regime implemented in Brazil in 1964. From the observation, something trivial, that both operation of the coup, such as in the conduct of the dictatorship, there was participation of important sectors non-uniformed in relevant positions, that idea searches to define that situation with the term “civil-military” adjectivizing both the 1964 coup as the dictatorship that followed it. From an overview on the literature, we seek to point out the shortcomings and the mystifying ramifications that such notion presents, first by naturalizing an enterprise view of the military on society, and secondly, for not being able to cope with the real nexus who articulated the big monopoly capital with the state apparatus in that historic block.

**Keywords:** Civil-military dictatorship, historiography, revisionism.

“Golpe civil-militar”; “ditadura civil-militar”. O termo “civil-militar” foi apresentado pela historiografia como forma mais precisa para adjetivar o golpe de 1964 e do regime que lhe seguiu. Ao contrário de uma mera ação das Forças Armadas, tal

adjetivo visa lembrar que também parte dos civis apoiou o golpe e participou da condução do processo político entre abril de 1964 até 1985, quando a maior parte da historiografia localiza o fim daquela ditadura. Por outro lado, a recente

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela UFF e Professor do curso de História da UFRJ. Email: demian\_pesquisa@yahoo.com.br

## DITADURA “CIVIL-MILITAR”?: CONTROVÉRSIAS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE O PROCESSO POLÍTICO BRASILEIRO NO PÓS-1964 E OS DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE

insistência sobre esse ponto por parte de alguns profissionais da área tem despertado algumas críticas, pois muitos dos que tem recorrido a essa adjetivação não parecem querer dizer a mesma coisa. Senão vejamos alguns exemplos.

Em uma aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do CPDOC/FGV, em março de 2010, o historiador Daniel Aarão Reis enfatizou a importância dessa (suposta) precisão, chegando mesmo a fazer uma autocritica de seus próprios textos pretéritos que fizeram com que circulasse a noção “errônea” de *ditadura militar*.<sup>2</sup> Em 2012, o influente historiador voltou a intervir nesse mesmo sentido, em artigo publicado no jornal *O Globo*.<sup>3</sup> O mesmo texto seria posteriormente republicado na *Revista de História da Biblioteca Nacional*, fazendo-o circular por um amplo público.<sup>4</sup> Logo em suas primeiras linhas escreveu:

Tornou-se um lugar comum chamar o regime político existente entre 1964 e 1979 (sic) de ‘ditadura militar’. Trata-se de um exercício de memória, que se mantém graças a diferentes interesses, a hábitos adquiridos e

à preguiça intelectual. O problema é que esta memória não contribui para a compreensão da história recente do país e da ditadura em particular.

Daniel Aarão Reis, professor Titular de História Contemporânea da UFF, convida a que seja retomada a atmosfera da época do golpe para que se entendam como as multidões que marcharam contra as reformas de base de Jango temiam a instauração do comunismo e por isso teriam aceitado apoiar aquela ação, optando pelo que acreditavam ser um “mal menor”. Trata-se de um tipo de argumentação que lembra os mesmos argumentos utilizados pelos militares de pijama como o ex-coronel Jarbas Passarinho, ou eminências “civis” do regime como o ex-ministro do Planejamento, Roberto Campos.

No artigo, o historiador carioca elencou uma série de argumentos para provar a tese de que não só civis, como a “sociedade brasileira”, teria apoiado por longo tempo o regime ditatorial que, controversamente, o autor acredita ter terminado em 1979. A partir desta data, teria se dado um processo de transição à democracia que seria concluído em 1988, com a nova Constituição. A escolha desta periodização, baseada na suposição de que o *estado de direito* teria sido restabelecido após a revogação do AI-5 e da Lei de Anistia, apóia-se numa concepção muito particular de democracia, que a define a partir de critérios meramente institucionais.<sup>5</sup>

<sup>2</sup> Em nota ao texto da aula, o historiador diz: “Eu mesmo empreguei o termo [ditadura militar], e quantas vezes, inclusive em título de livro, contribuindo para consolidar uma tradição equivocada, do que hoje me arrependo.” REIS, Daniel Aarão. *Ditadura, anistia e reconciliação. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.23, n.45, p.171-186, jan./jun.2010, citação à página 183. Nesta nota, o autor refere-se ao seu livro \_\_\_\_\_. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

<sup>3</sup> \_\_\_\_\_. *Ditadura civil-militar*. *O Globo*, Rio de Janeiro, caderno Prosa & Verso, 31 de março de 2012.

<sup>4</sup> \_\_\_\_\_. *O sol sem peneira*. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, agosto de 2012. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-sol-sem-peneira> (acessado em 15 de novembro de 2012)

<sup>5</sup> Para uma crítica a essa noção de corte liberal, ver WOOD, Ellen M. *O demo versus “nós, o povo”*: das antigas às modernas concepções de cidadania. In. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003, p.177-204.

Em polêmica, o historiador busca atribuir àqueles que consideram o fim da ditadura em 1985 o raciocínio segundo o qual aquela teria sido simplesmente uma *ditadura militar*, chegando ao ponto de dizer que desde 1979 o estado de exceção teria deixado de existir (sic). Em seguida, atribui aos que no fim da ditadura haviam construído uma memória, seletiva e conveniente, capaz de livrarem-se do passado incômodo, a opção pelo termo *ditadura militar* e localizam seu fim em 1985. Quem, então, havia construído tal memória? Segundo o autor, a própria “sociedade brasileira”, num exercício de auto-absolvição. Cito:

Por essas razões é injusto dizer – outro lugar comum – que o povo não tem memória. Ao contrário, a história atual está saturada de memória. Seletiva e conveniente, como toda memória. No exercício desta absolve-se a *sociedade* de qualquer tipo de participação nesse triste – e sinistro – processo.

Em audiência pública realizada pela Comissão Nacional da Verdade na sede da OAB-RJ no dia 13 de agosto de 2012, numa mesa intitulada “Antecedentes, contexto e razões do golpe militar”, o historiador Carlos Fico, logo no início de sua exposição, foi enfático ao afirmar que “o golpe não foi militar, mas civil-militar”, afirmação seguida por aplausos da platéia.<sup>6</sup> Ao mesmo tempo, quanto ao caráter do regime que ali se instalou, Fico pronunciou-se em favor da ideia que aquela foi apenas uma *ditadura militar*, não sendo pertinente o adjetivo “civil”. Mas voltemos ao que o pesquisador discutiu sobre as razões do golpe.

<sup>6</sup> Da mesa também participaram a cientista política Maria Celina D’Araujo e o histórico advogado defensor dos presos políticos Modesto da Silveira. Toda a audiência pública pode ser vista no endereço eletrônico <http://aovivorj.com.br/oabrij13082012/> (acessado em 20 de setembro de 2012).

Segundo Fico, ao contrário do que diz ser uma “memória confortável”, o golpe de 1964 foi uma operação que contou não só com o apoio de parte da sociedade civil brasileira, mas com uma ação efetiva de elites civis. E um dos setores que mais apoiou o golpe foi a Igreja Católica, que ajudou a construir o movimento de massas que foi a base para o golpe, as conhecidas “Marchas com Deus, pela Pátria e pela Família”, em São Paulo (antes do golpe), Rio de Janeiro e outras capitais e cidades do país com o golpe já vitorioso. Segundo o pesquisador, tais marchas seriam a base de uma narrativa de justificação do golpe construída pelos militares durante toda a ditadura, segundo a qual “a sociedade clamou pela derrubada de Goulart, o que em grande medida é verdade!”, concluiu Fico. Ele também lembrou do apoio da imprensa ao golpe, cujo emblemas são os famosos editoriais do *Correio da Manhã*, que estamparam na capa do jornal os títulos “Basta!”, “Fora!” e “Basta e Fora”, precisamente nos dias 31 de março, 1º e 2 de abril de 1964.

Ao mesmo tempo, defendeu que o que caracteriza a natureza “civil-militar” do golpe não decorre só do *apoio* de civis, mas da *participação* direta na preparação e execução do golpe, como foi o caso do governador mineiro, Magalhães Pinto. Ele lembrou que o governador udenista esteve integrado ao esquema golpista que contava com o apoio de Washington: através de um acordo entre o seu (recém-nomeado) secretário *sem-pasta* Afonso Arinos de Melo Franco e o governo Lyndon Johnson, materializado na operação Brother Sam.

A conhecida operação <sup>7</sup> que recentemente foi discutida em livro pelo

<sup>7</sup> Essa história é contada pelo próprio Afonso Arinos no documentário de Silvio Tendler, *Jango*, de 1984.

## DITADURA “CIVIL-MILITAR”?: CONTROVÉRSIAS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE O PROCESSO POLÍTICO BRASILEIRO NO PÓS-1964 E OS DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE

autor –<sup>8</sup> contava com plano segundo o qual, diante da provável resistência de Goulart, o governo mineiro declararia o *estado de beligerância*, senha para que os EUA intervissem no conflito em favor dos golpistas. Através do general de brigada José Pinheiro de Ulhôa Cintra – cadete de Castelo Branco na Escola Militar de Realengo (RJ) e seu subordinado na campanha da FEB na Itália –, em contato com o adido militar estadunidense Vernon Walters – amigo pessoal de Castelo Branco – o plano previa ajuda militar efetiva, inclusive desembarque de tropas no solo brasileiro.

### A participação dos “civis”

Ora, a participação de elementos “civis” naquele processo não constitui grande novidade para os que por acaso venham a se debruçar sobre a literatura acadêmica produzida ao longo das últimas décadas, não obstante a insistência recente sobre esse ponto lhe querer atribuir caráter de novidade. Um exemplo merece destaque: a tese de doutorado de René Armand Dreifuss, publicada no Brasil em 1981 (e que já se encontra em sua 11ª edição), onde é possível ler que “a queda do governo ocorreu como a culminância de um movimento civil-militar e não como um golpe das Forças Armadas contra João Goulart”.<sup>9</sup> Sobre a ditadura, o mesmo autor escreveu que

Apesar de a administração pós-1964 ser rotulada de ‘militar’ por muitos estudiosos de política brasileira, a

predominância contínua de civis, os chamados técnicos, nos ministérios e órgãos administrativos tradicionalmente não-militares, é bastante notável.<sup>10</sup>

Ao contrário do que certa historiografia tem buscado apresentar,<sup>11</sup> Dreifuss não estava empenhado em apenas descrever a conspiração levada a cabo por organizações da sociedade civil em conluio com militares e o governo dos EUA, afinal isso já era conhecido e abordado em livros como os de Moniz Bandeira.<sup>12</sup> Em sua tese, Dreifuss estudou a ação de uma importante organização da sociedade civil o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), constituída, já no final de 1961, por setores empresariais, executivos de empresas e oficiais das Forças Armadas (alguns na reserva, como o general Golbery do Couto e Silva). Essa entidade, que desenvolveu uma intensa campanha de desestabilização do governo João Goulart e de construção de um *programa de poder*, passaria a atuar ao lado de outras já existentes como: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) que tinha significativa participação no processo político brasileiro desde sua fundação em

---

<sup>10</sup> Idem, p.417.

<sup>11</sup> Refiro-me aqui a uma leitura enviesada do trabalho de Dreifuss, que o reduz a uma mera narrativa focada na conspiração golpista, uma deturpação grosseira de seu trabalho e que pode ser facilmente percebida por qualquer um que se debruce sobre seu trabalho. Essa deturpação apareceu pela primeira vez no livro da também cientista política Argelina Figueiredo, *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política (1961-1964)* (São Paulo: Paz e Terra, 1993), passando a ser reproduzida em diversos balanços historiográficos subsequentes. Recentemente a historiadora Lucilia Almeida Neves Delgado incorreu no mesmo reducionismo, ao enquadrar a hipótese de Dreifuss como uma narrativa de “curto prazo” (sic) focada na conspiração. Ver DELGADO, L. A. N. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Tempo*, Niterói, v.14, n.28, p.125-145, jan-jun 2010.

<sup>12</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil* (1961-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

---

<sup>8</sup> FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>9</sup> DREIFUSS, René A. 1964, *a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981, p.361.

1959; a Escola Superior de Guerra (ESG), que formularia a doutrina de “Segurança e Desenvolvimento”, fundamental na estruturação do regime ditatorial; organizações extremistas como o Movimento Anti-Comunista (MAC); setores expressivos da imprensa; além das tradicionais entidades patronais, como a Associação Comercial do Rio de Janeiro, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) só para citar as mais importantes. Com base em copiosa documentação do IPES localizada no Arquivo Nacional (RJ), o cientista político uruguaio buscou entender a ação desta entidade como a de um verdadeiro “partido político” (no sentido gramsciano) do capital multinacional e associado, que havia deitado raízes na estrutura econômica do Brasil desde a década de cinquenta, tornando-se o eixo do processo de acumulação capitalista no país.

No último capítulo de sua tese, de onde tiramos o último trecho supracitado, Dreifuss discute como tal articulação foi capaz de tomar de assalto o aparelho de Estado, ocupando seus postos estratégicos, como: o Ministério do Planejamento, ocupado por Roberto Campos, o da Fazenda, por Otávio Gouveia de Bulhões, Indústria e Comércio, por Paulo Egydio Martins, todos eminências pardas do IPES. Além desses, quadros militares da entidade, como os generais Goubery do Couto e Silva, e os irmãos Ernesto e Orlando Geisel, diversos *ipesianos* ocupariam posições de proa ao longo de todo o período ditatorial.

Uma vez no poder, os quadros do IPES conseguiram implementar grande parte do programa anteriormente formulado, empreendendo transformações importantes no arcabouço institucional de regulação do capitalismo brasileiro, através de medidas como: uma vasta Reforma Administrativa; a

criação do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional; empreendendo a primeira flexibilização da legislação trabalhista no Brasil – através da lei do FGTS, que acabou com a estabilidade por tempo de serviço dos trabalhadores da iniciativa privada, criando um imposto compulsório que seria canalizada para o Banco Nacional de Habitação, também criado na ocasião –, entre outras medidas no interesse do capital monopolista.

Ou seja, ao contrário de um comentário difuso sobre esses “civis”, a pesquisa de Dreifuss permite não só identificar socialmente os tais “civis” envolvidos naquele processo, tanto no golpe quanto na ditadura. Além do mais, ele desvelou o que certa literatura apologética denominou de “tecnocratas”,<sup>13</sup> termo usado para se referir a tais elementos “civis” que atuaram nos postos estratégicos daquele regime. Entendendo-os como parte de uma elite organicamente ligada aos interesses do capital multinacional e associado, o cientista político uruguaio afirma:

Um exame mais cuidadoso desses *civis* indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários.<sup>14</sup>

Ao contrário de tal precisão teórico-metodológica, alguns pesquisadores em tempos recentes parecem ter deixado critérios metodológicos fundamentais de lado quando têm se referido ao termo “civil” (e daí explicamos por que da nossa

<sup>13</sup> Roberto Campos, por exemplo, é comumente referido como um desses “tecnocratas”, noção que busca apresentar as ações destes agentes como medidas “técnicas” e despolitizadas.

<sup>14</sup> Idem, p.417, grifo nosso.

## DITADURA “CIVIL-MILITAR”?: CONTROVÉRSIAS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE O PROCESSO POLÍTICO BRASILEIRO NO PÓS-1964 E OS DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE

insistência com as aspas). Em primeiro lugar é preciso dizer que os historiadores devem apurar a abordagem sobre a participação das Forças Armadas no processo político brasileiro, evitando compartilhar das ideologias próprias desta instituição do Estado. Dizemos isso, pois, a visão segundo a qual a sociedade é dividida entre “civis” e “militares” é própria da ideologia corporativa das Forças Armadas, enganosa e simplista, para dizer o mínimo. Em suma, a argumento “civil-militar” da forma como vem sendo apresentado pela historiografia recente como “grande novidade”, ao se distanciar do estudo da dinâmica da luta de classes como nervo da política, acaba por reproduzir a pobre visão corporativa dos militares, significando um retrocesso no conhecimento já acumulado pela pesquisa acadêmica sobre o golpe e a ditadura. Pois enquanto Dreifuss apresentou a natureza de classe desses “civis”, as novas abordagens em tela perdem-se numa descrição dos elementos “civis” que teriam protagonizado as principais ações (ou as mais visíveis) sem que sejam estabelecidos seus nexos sócio históricos.

Essa questão tem implicações que estão além de uma mera querela entre historiadores, pois, como vimos na abordagem proposta por Daniel Aarão Reis, o que tem acompanhado tais assertivas são argumentos – esses sim perigosos – segundo os quais “a sociedade brasileira apoiou o golpe e a ditadura”, assunto sobre o qual nos deteremos agora.

### Apoio da sociedade ao golpe e à ditadura?

A partir do notório conhecimento da participação de elementos “civis” nesse processo (como vimos, já conhecido na historiografia), escorrega-se para isso que

podemos chamar de “versão tupiniquim” de argumentos *revisionistas* como o de David Goldhagen para o contexto da Alemanha nazista,<sup>15</sup> de acordo com o qual teria sido a “sociedade brasileira” cúmplice do “autoritarismo”.

É preciso notar que, além de Goldhagen, esse tipo de proposição alimenta-se de posições similares encontradas na historiografia internacional, e que dizem interessar-se pela forma como “as sociedades produziram regimes autoritários”. No Brasil, isso apareceu recentemente como substrato da coleção *A construção social dos regimes autoritários*, organizada pelas historiadoras Samantha Viz Quadrat e Denise Rollemberg, particularmente presente nas proposições teóricas das autoras, explicitadas na Introdução (comum a cada um dos volumes).<sup>16</sup> Nesta, é possível ler que a pretensão da obra coletiva “é entender como os ditadores foram amados – quando se trata de ditaduras pessoais – não porque temidos, mas, provavelmente, porque *expressavam valores e interesses da sociedade* que, em dado momento, eram outros que não os democráticos”.<sup>17</sup> Da forma como vem sendo apresentada a caracterização “civil-militar” da ditadura brasileira, é possível verificar

<sup>15</sup> Refiro-me aqui ao seu *Os carrascos voluntários de Hitler*, livro de meados de anos 1990 que defende a ideia de que a sociedade alemã foi cúmplice do nazifascismo e do Holocausto dos judeus em campos de concentração. Edição brasileira, GOLDHAGEN, D. *Os carrascos voluntários de Hitler*. Os alemães e o Holocausto. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.

<sup>16</sup> QUADRAT, S. V.; ROLLEMBERG, D. (org.). *A construção social dos regimes autoritários*. 3 vols. – *Brasil e América Latina; África e Ásia; Europa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. É prudente destacar que em se tratando de obra coletiva, existe enorme diversidade quanto ao grau de sofisticação com que os autores dos capítulos discutem nesta obra a capacidade de “regimes autoritários” constituírem bases consensuais na sociedade.

<sup>17</sup> Idem, p.17, grifo nosso.

um deslocamento das proposições dreifussianas, e uma aproximação a este último paradigma, como, aliás, está explícito no artigo do professor Daniel Aarão Reis, publicado em *O Globo* e mencionado no topo de nosso texto. Diga-se de passagem, as proposições historiográficas desse autor são tomadas como inspiração para a coleção organizada por Quadrat e Rollemberg.

Para desenvolver agora nossa crítica, procederemos a uma breve digressão teórica.

Desde Antonio Gramsci existe uma longa discussão no campo político sobre a conformação de mecanismos de consenso nas mais variadas formas de regime no século XX. Num plano histórico mais amplo, a questão remete pelo menos a Maquiavel e sua metáfora do Centauro. Do aporte gramsciano é possível entender que tanto nos regimes democráticos, onde existe uma relação equilibrada entre coerção e consenso,<sup>18</sup> até nas mais rudimentares ditaduras, nenhum regime político foi capaz de sobreviver sem o estabelecimento de bases sociais e elementos de hegemonia, pelo menos desde que as sociedades capitalistas se tornaram de massas, isto é, desde o fim do século XIX. De acordo com Gramsci, é precisamente naquele momento histórico que é colocada a questão da necessidade das classes dominantes tornarem-se também *dirigentes*.

O que podemos aferir das reflexões do marxista sardo é que mesmo em

situações notoriamente não hegemônicas (como são os contextos de ditaduras militares latino-americanas dos anos 1960-70) a dominação sócio-política não foi possível com ausência de elementos de consenso, do mesmo modo que nenhum regime democrático é capaz de se manter sem os aparelhos estatais de coerção (polícia, Forças Armadas, sistema carcerário etc.). Em comentário a essa questão na obra gramsciana, precisamente ao trecho do caderno 13 onde Gramsci convoca a metáfora do Centauro do secretário florentino, o cientista político Alvaro Bianchi ensina:

A imagem do Centauro é forte e serve para destacar a unidade orgânica entre a coerção e o consenso. É possível separar a metade fera da metade homem sem que ocorra a morte do Centauro? É possível separar a condição de existência do poder político de sua condição de legitimidade? É possível haver coerção sem consenso? Mas tais questões podem induzir a um erro. Nessa concepção unitária, que era de Maquiavel, mas também de Gramsci, não é apenas a coerção que não pode existir sem o consenso. Também o consenso não pode existir sem a coerção.<sup>19</sup>

Todavia, estudar a forma como regimes ditatoriais constituem-se a partir de bases na sociedade, o que implica na recusa ao binômio da teoria política liberal Estado/sociedade, é muito diferente de buscar o “apoio da sociedade ao autoritarismo”, argumento sempre florido com a suposição *politicamente correta* segundo a qual “não podemos vitimizar a sociedade”. Esse tipo de argumento nada mais faz do que trazer de volta o tal binômio liberal pela porta dos fundos, afinal de contas, a sociedade não é uma “pessoa”, uma coisa monolítica que possa ser

<sup>18</sup> Como define o marxista sardo no §37 do caderno 13. “O exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados.” GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.95.

<sup>19</sup> BIANCHI, Alvaro. *O Laboratório de Gramsci*: Filosofia, História e Política. São Paulo: Alameda, 2008, p.190.



## DITADURA “CIVIL-MILITAR”?: CONTROVÉRSIAS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE O PROCESSO POLÍTICO BRASILEIRO NO PÓS-1964 E OS DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE

responsável integralmente por apoiar ou se opor a um regime político, do mesmo modo que os regimes políticos não são conduzidos por ETs, e sim por membros da própria sociedade.

Deste modo, é igualmente errônea a suposição de que o golpe e a ditadura constituíram-se em oposição à sociedade civil, afinal, se pensarmos o conceito de sociedade civil a partir de Gramsci – e não a partir do senso comum = parte da sociedade formada pelos “civis” – encontraremos os nexos causais a partir dos quais *uma parte da sociedade brasileira* apoiou uma ditadura feita *contra outra parte da sociedade*.<sup>20</sup>

Voltemos agora à aula inaugural de Daniel Aarão Reis anteriormente mencionada, para explorar alguns outros pontos de sua argumentação sobre o alegado “apoio da sociedade” à “ditadura civil-militar”. O historiador carioca elencou três argumentos com os quais quer provar seu argumento. São eles:

- 1) as massivas Marchas com Deus, pela Pátria e Família, organizadas antes (em São Paulo) e depois do golpe de Estado (no Rio de Janeiro, capitais e muitas cidades do país);
- 2) as votações expressivas no partido de apoio à ditadura, ARENA;
- 3) e a suposta popularidade do general Médici à frente do Executivo federal.

Um a um os argumentos são absolutamente insólitos, postos que só são

possíveis de serem levados à sério por aqueles incapazes de fazer alguns questionamentos bem prosaicos e que, com certa irritação, elencamos a seguir.

Em primeiro lugar, sim as marchas em apoio ao golpe e à ditadura já instalada foram massivas – mas se esperava o quê, que depois do golpe e da ditadura instalada as esquerdas promovessem atos públicos de repúdio, ou mantivessem a agenda de comícios pelas reformas de base? Em segundo, o argumento da “expressiva votação da Arena” não leva em conta que a parte não desprezível da oposição ao regime pregou o voto nulo como forma de denunciar a farsa da oposição entre o “sim” (ARENA) e “sim senhor” (MDB). Ora, o próprio autor em seu supracitado livro *Ditadura militar, esquerdas e sociedade* enfatiza a enorme proporção de votos nulos e brancos nas eleições de 1966 e 1970, denotando que o mesmo tem regredido em suas elaborações.<sup>21</sup>

Por fim, a tal “popularidade de Médici”. Ora, o mínimo que se espera é que os historiadores sejam capazes de problematizar certas fontes, em especial as pesquisas de opinião feitas num contexto de uma ditadura. Imaginemos como qualquer opositor do regime ditatorial – seja revolucionário, reformista, de esquerda, liberal, democrático ou tropicalista – procederia em face de uma entrevista sobre a popularidade do ditador de plantão? Imagine-se um entrevistador na saída do estádio do Maracanã nos idos dos anos 1970 perguntando para um clandestino militante da luta armada se o “presidente” Médici

<sup>20</sup> É claro que a opção por Gramsci implica na recusa do paradigma liberal presente em pensadores como Locke e Tocqueville, onde a sociedade civil em chave gramsciana não é o “espaço da liberdade”, como é propugnado pelos liberais, nem algo parecido como a “esfera pública” habermasiana. Cf. BIANCHI, *O Laboratório*, op. cit., p.173-198.

<sup>21</sup> Naquele livro ele afirma que nas eleições de 1966 os votos brancos e nulos alcançaram proporções inéditas, e sobre as eleições de 1970 o número destes votos de protesto seria ainda maior, alcançando o índice de 30%. REIS, *Ditadura militar*, op. cit., p.44 e 59.

estava sendo “bom para o país”? Se não quisesse cometer suicídio, obviamente responderia o quão lindo era aquele país, seu “presidente” e as Forças Armadas nacionais.

É preciso destacar que ao lado desta proposição “civil-militar”, se desenvolveu no Brasil uma importante reflexão histórica ancorada na caracterização daqueles regimes existentes na América do Sul nos anos 1960/1970 como *Ditaduras de Segurança Nacional*, opção teórica muito mais interessante e que remete ao trabalho pioneiro de Maria Helena Moreira Alves.<sup>22</sup> O historiador gaúcho Enrique Serra Padrós, que tem seguido essa linha interpretativa, argumenta que os aspectos gerais destes regimes compreenderam os seguintes elementos: a Doutrina de Segurança Nacional; o alinhamento militante junto aos Estados Unidos na estratégia de “contenção do comunismo” que passou pela adoção de estratégias de contra-insurgência; e a defesa dos cânones do capitalismo.<sup>23</sup>

Numa abordagem própria, o historiador Renato Lemos tem defendido a centralidade da categoria de *contrarrevolução* como articuladora de determinações do processo histórico brasileiro que, em linguagem braudeliana, remetem a: uma longa duração, cujo marco é 1917 onde há emergência de uma alternativa societária ao capitalismo a partir da Rússia, que promove uma inflexão em toda relação de forças internacionais e obriga as instituições políticas burguesas a

incorporar como tarefa histórica a prevenção de situações revolucionárias; uma média duração, que remete às alterações do padrão de acumulação capitalista brasileiro; e uma curta, que se liga ao processo político imediato e as alternativas disponíveis aos agentes sociais num quadro de crise de hegemonia.<sup>24</sup> Em suma, tal como na proposição de Dreifuss (que de certo modo é incorporado), as formulações de Moreira Alves, Padrós e Lemos buscam o sentido daquelas experiências históricas face à dinâmica social interna e à relação de forças internacionais, de modo que é possível fugir das visões mistificadoras aqui criticadas.

Além do mais, em vários círculos começa a se manifestar por parte de pesquisadores (e também ativistas dos movimentos sociais) o desconforto com a expressão “civil-militar” (embora ela seja extremamente popular entre eles),<sup>25</sup> de que são exemplos dois artigos publicados em ano de 2012: um pelo jornalista Pedro Pomar e outro do professor João Quartim de Moraes.<sup>26</sup> O próprio artigo supracitado do professor Daniel Aarão Reis publicado no jornal *O Globo* – cujo título é “Ditadura civil-militar” – foi alvo de inúmeras críticas. Entre as quais destacamos uma carta

<sup>22</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

<sup>23</sup> PADRÓS, Enrique Serra. História do tempo presente, Ditaduras de Segurança Nacional e arquivos repressivos. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.1, n.1, p.30-45, jan./jun.2009. \_\_\_\_\_. A política de desaparecimento como modalidade repressiva das Ditaduras de Segurança Nacional. *Tempos Históricos* (EDUNIOESTE), v.10, p.105-129, 2007. \_\_\_\_\_. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. *Revista História & Luta de Classes*, v.4, p.43-49, 2007.

<sup>24</sup> LEMOS, Renato. Justiça Militar e processo político no Brasil (1964-1968). In: *1964-2004. 40 anos do golpe. Ditadura militar e resistência no Brasil. Anais do seminário*. Rio de Janeiro: FAPERJ; 7Letras, p.282-289; \_\_\_\_\_. *Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964*. (mimeo).

<sup>25</sup> A maior parte dos ativistas dos direitos humanos que se pronunciou na audiência pública da Comissão da Verdade referida acima, enfatizou o termo “civil-militar” ao se referir à ditadura.

<sup>26</sup> POMAR, Pedro. O modismo “civil-militar” para designar a Ditadura Militar. *Brasil de Fato*, São Paulo, 10 de agosto de 2012, disponível em <http://www.brasildefato.com.br/node/10300> (acessado em 20 de agosto de 2012). MORAES, João Quartim de. Sobre o “aprimoramento” da expressão ditadura militar. Publicado no site [http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id\\_coluna\\_exto=4891&id\\_coluna=24](http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_exto=4891&id_coluna=24) (acessado em 17 de setembro de 2012).

## DITADURA “CIVIL-MILITAR”?: CONTROVÉRSIAS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE O PROCESSO POLÍTICO BRASILEIRO NO PÓS-1964 E OS DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE

enviada pelo professor Renato Lemos, que embora não tenha sido publicada na referida folha – como, aliás, era de se esperar – foi publicizada na página eletrônica do Laboratório de Estudos sobre Militares na Política (LEMP) da UFRJ, do qual é coordenador.<sup>27</sup> Nesta, o autor, entre diversas críticas que aqui incorporamos, lembrou que o apoio “civil” ao golpe e a ditadura “é uma informação muito utilizada por segmentos militares para legitimá-los – ao golpe e à ditadura”, e que a apresentação deste ponto com status de “novidade historiográfica, estimula os interessados em geral, e os jovens historiadores em particular, a adotarem uma abordagem temerosa de ir a fundo na conexão dos eventos em questão com poderosos interesses classistas”. Criticou ainda a forma como Reis buscou apresentar o período do “Milagre” como “anos de ouro para não poucos”, lembrando que:

Há farta evidência de que o ‘Milagre brasileiro’ – a fábrica do ‘ouro’ desses anos – custou à esmagadora maioria da classe trabalhadora brasileira o ‘chumbo’ do arrocho salarial, dos serviços públicos degradados e outras mazelas que se ausentaram da memória do professor.

### **Ditadura e capitalismo, ou a ditadura do grande capital**

Nesse ponto cabe então polemizar com o ponto mais problemático do programa de pesquisas desta “nova história política”, qual seja, o de buscar a compreensão do processo político brasileiro deslocando-o do *capitalismo*. Sob o

argumento (falacioso) segundo o qual incorporar a dinâmica econômica na explicação do processo político seja igual a “economicismo” ou “reducionismo econômico”, desconsidera-se uma dimensão da realidade social que afinal não diz respeito apenas à economia. Acreditamos que sem retomar uma visão totalizante a compreensão daquele período chave da história recente do país fica empobrecida.<sup>28</sup>

As modificações na estrutura do capitalismo brasileiro no período da ditadura são por demais importantes para que se negligencie o projeto de classe que tomou o aparelho de Estado em 1964. Em primeiro lugar, uma das resultantes do processo de aceleração da acumulação capitalista conhecido naqueles anos foi, além de uma expansão da fração do capital ligada à indústria de bens duráveis, o fortalecimento de outras frações das classes dominantes nacionais cujos agentes teriam maior peso sobre o Estado no período subsequente. Como exemplos eloquentes, pensemos o empresariado ligado à construção civil (como os grupos Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior e Odebrecht), à indústria pesada (Gerdau, Votorantim, Villares, entre outros), sem esquecer o sistema bancário (de que são exemplares os grupos Moreira Salles, Bradesco e Itaú), grupos capitalistas que construíram seus “impérios” naquele contexto.<sup>29</sup> Não é por

<sup>27</sup> LEMOS, Renato. A ‘ditadura civil-militar’ e a reinvenção da roda historiográfica. Disponível em [http://www.ifcs.ufrj.br/~lemp/imagens/textos/A\\_ditadura\\_civil-militar\\_e\\_a\\_reinvencao\\_da\\_roda\\_historiografica.pdf](http://www.ifcs.ufrj.br/~lemp/imagens/textos/A_ditadura_civil-militar_e_a_reinvencao_da_roda_historiografica.pdf) (acessado em 10 de abril de 2012)

<sup>28</sup> Como de tudo o mais, ao contrário da metanarrativa pós-moderna segundo a qual não haveria mais lugar para as “grandes explicações”.

<sup>29</sup> Ver MANTEGA, Guido; MORAES, Maria. Tendências recentes do capitalismo brasileiro. In: MANTEGA, G.; MORAES, M. *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.83-106. CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A Ditadura dos Empreiteiros*: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. Niterói, 2012. Tese de doutorado em História.

acaso que o auge da repressão tenha sido justamente no período do “milagre”, como, a propósito, defenderam Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos.<sup>30</sup> Ao contrário da imagem enganosa de uma “era de ouro para não poucos”, é mais preciso entender aqueles como anos nas quais a política permanente de arrocho salarial aprofundou-se, garantindo lucros extraordinários para o capital monopolista e certa euforia do consumo entre as classes médias.

Nesse mesmo sentido, também não é nenhuma coincidência que desde 1964 fossem sólidos aquilo que com muita propriedade Paulo Eduardo Arantes denominou de “vasos comunicantes” entre o mundo dos negócios e os subterrâneos da repressão;<sup>31</sup> fato que, aliás, ficou bem evidenciado recentemente no documentário de Chaim Litewski, *Cidadão Boilesen* (Brasil, 2009). Neste filme, além do personagem central – o empresário dinamarquês Henning Boilesen, membro do IPES desde o pré-golpe e articulador do apoio do capital privado à montagem da Operação Bandeirante –, o então ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto (1967-1974), é um dos que aparecem entre os animadores da mesma iniciativa terrorista que resultaria na criação dos famigerados DOI-CODI.

Com a crise internacional do capitalismo dos anos setenta, uma das

principais fontes de financiamento do “modelo” (o endividamento externo) se esgotou, justamente no contexto onde era necessário um novo pacote de investimentos. A outra importante fonte de financiamento, que era a mais-valia resultante do próprio ciclo interno de reprodução do capital, era frágil para sustentar as condições da acumulação pelo restante da década, já que seria necessário apertar ainda mais o valor da força de trabalho para baixo. Depois de dez anos de política de arrocho o sistema possuía limites estruturais em garantir a recuperação da taxa de lucro simplesmente a partir do aumento da mais-valia absoluta.<sup>32</sup>

Somada a outros fatores, as contradições do “modelo” explodiriam no fim da década de 1970 quando das antológicas greves operárias do ABC paulista, principal ponto de concentração da indústria de bens duráveis no Brasil, particularmente a automobilística. Por entre as falas das lideranças operárias que organizaram tal movimento, a denúncia do “arrocho” como política da ditadura para a classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, a atmosfera do conflito social seria pontuada pelo recurso do empresariado paulista aos aparelhos de repressão do Estado: sejam as polícias estaduais paulistas (militar e civil) na repressão direta às greves e sindicalistas; seja na reivindicação dos instrumentos da estrutura sindical corporativista, ocasião em que o titular da pasta, Murilo Macedo, lançou todos os recursos discricionários disponíveis – como a cassação das lideranças sindicais, intervenção em sindicatos etc. –, ficando evidenciados os fortes compromissos que o regime possuía com o capital. A falsificação dos índices de

---

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, p.508.

<sup>30</sup> Como lembrou Francisco de Oliveira em 2004, a tese da dupla seria contestada por Fernando Henrique Cardoso e José Serra nos anos setenta, uma vez que estes estariam interessados em convencer o empresariado nacional de que não haveria tal afinidade eletiva entre repressão e crescimento econômico. OLIVEIRA, Francisco. *Ditadura Militar e crescimento econômico: a redundância autoritária*. In: *1964-2004. 40 anos do golpe*, op. cit., p.219-225.

<sup>31</sup> ARANTES, Paulo. 1964, o ano que não terminou. In: TELES, Edson & SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010, p.206.

---

<sup>32</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p.101.

## DITADURA “CIVIL-MILITAR”?: CONTROVÉRSIAS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE O PROCESSO POLÍTICO BRASILEIRO NO PÓS-1964 E OS DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE

inflação,<sup>33</sup> que tornaria o nome de Delfim Neto “famoso” entre os trabalhadores, não pode ser compreendida sem que estabeleçam os nexos reais entre a ditadura e o grande capital. Caso contrário devemos nos contentar com uma denúncia da “maldade do sistema”.

Também não é possível esquecer que os famosos Atos Institucionais, além do reforço aos instrumentos discricionários de que se revestiu o regime, via de regra dotaram o Estado de capacidade de atributos modernizadores, como foi o caso do Ato Complementar n.40, promulgado na esteira do AI-5, que centralizou tributos na esfera federal em detrimento de estados e municípios. Tal procedimento possibilitou à ditadura dispor de recursos para sua participação direta no processo de acumulação, através das empresas estatais.

Aqui cabe mais uma vez polemizar com outro ponto de Daniel Aarão Reis. É que, de acordo com este, embora já tenha reconhecido que o primeiro governo da ditadura tenha se empenhado em por em prática as diretrizes formuladas pelo IPES, após a morte trágica de Castelo Branco teria havido uma retomada da participação do Estado no processo econômico, estando aí, para esse autor, a razão maior para que entre o fim dos anos 1960 e início dos 1970 o Brasil tenha conhecido seu “milagre”. Baseando-se numa oposição metafísica entre dois projetos que alegadamente teriam polarizado a política brasileira por largo período, o “nacional-estatista” e o “liberal-internacionalista”, Aarão Reis praticamente nos diz que o “milagre” teria sido o resultado da retomada do papel do Estado na economia. Senão vejamos o que nos diz em

seu livro *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*:

“Rompendo com os propósitos internacionalistas-liberais do governo Castelo Branco, o Estado, além de incentivar, regular, financiar e proteger, intervinha ativamente nos mais variados setores, seja através de tradicionais – e gigantescas – empresas estatais, como a Petrobrás, Vale do Rio Doce e Companhia Siderúrgica Nacional, seja através de outras, a que deu alento – como a Eletrobrás, ou ainda, a Siderbrás, imensa *holding* da produção de aço –, além de estimular fusões e associações do capital privado nacional e estrangeiro às quais, com frequência, comparecia o próprio Estado.”<sup>34</sup>

Ora, é preciso ser crente na ideologia propagandeada pelo liberalismo econômico para conceber a possibilidade de um capitalismo sem intervenção estatal. O que dizer dos mecanismos de poupança compulsória erigidos sob a primeira administração ditatorial – o já mencionado Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), além do Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) – que se destinaram a financiar a formação do capital fixo das empresas privadas?<sup>35</sup> Por acaso as empresas estatais arroladas pelo historiador deixaram de funcionar durante a gestão do Marechal?

Desde sua constituição até sua reprodução histórica, o Estado é um elemento constitutivo da acumulação capitalista na modernidade, e naqueles anos não poderia ser diferente, muito menos num país como o Brasil.<sup>36</sup> Sendo o

<sup>33</sup> Reveladas pelos estudos do DIEESE e que embalsamaram as campanhas por reposição das perdas salariais (e que dariam origem ao ciclo grevista).

<sup>34</sup> REIS, *Ditadura militar*, op. cit., p.56.

<sup>35</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p.97.

<sup>36</sup> Como de resto esta ser uma característica da constituição histórica da sociabilidade do valor.

*desenvolvimentismo* da ditadura um aprofundamento do padrão de acumulação dependente que emergiu desde meados dos anos cinquenta, não haveria como o sistema retomar sua fase ascendente sem que o Estado estivesse bem colocado em sua posição de “empresário”, participando do tripé também formado pelos capitais nacional, estrangeiro e associado.

Em relação aos grandes impérios empresariais constituídos sob a ditadura, caberia também mencionar os grandes grupos monopolistas do setor de comunicação de massa, como é evidente o caso das Organizações Globo, cuja trajetória de colaboração com o regime ditatorial está bem descrita no documentário *Muito Além do Cidadão Kane*, de Simon Hartog (Reino Unido, 1993). Mas é preciso lembrar também de outros importantes grupos capitalistas, como o setor da imprensa que, antes de tudo, constituía uma história de colaboração íntima com a ditadura, como é o caso do Grupo Folha, da família Frias, e *O Estado de São Paulo*, a revista *Veja*, além, é claro, de *O Globo*.

Sobre as empresas da família Frias, recentemente o vínculo entre esta e o regime ditatorial foi lembrado em razão de uma tentativa da *Folha de S. Paulo* apresentar a expressão “ditabranda” para caracterizar aquele regime.<sup>37</sup> A controvérsia que se seguiu, que envolveu desde cartas de leitores até uma manifestação em frente à sede do jornal,<sup>38</sup> trouxe à tona o passado de

colaboração de órgãos do Grupo Folha com a face mais cruel da ditadura: a perseguição, prisão, tortura, assassinato e “desaparecimento” de opositores do regime, especialmente da Folha da Manhã, que por aquela época ficaria conhecido entre a militância da luta armada como “Diário Oficial da Operação Bandeirantes”.

Não demorou também para que, da direita do espectro políticos, vozes fossem levantadas para defender as benesses modernizantes trazidas pela ditadura, e em alguns casos a defesa de uma periodização ainda mais restrita que a hipótese de Daniel Aarão Reis. No mesmo momento em que a própria *Folha* fazia uma tímida autocrítica da “ditabranda”, o mais caricatural dos revisionistas, Marco Antonio Villa, escrevendo no mesmo periódico paulista, chegou ao ponto de dizer que ditadura só teria existido mesmo entre 1968-1979.<sup>39</sup> Capturando o sentido revisionista desse episódio, Paulo Arantes escreveria:

Pelas novas lentes revisionistas, a dita cuja só teria sido deflagrada para valer em dezembro de 1968, com o Ato Institucional nº5 (AI-5) – retardada, ao que parece, por motivo de “efervescência” cultural tolerada – e encerrada precocemente em agosto de 1979, graças à autoabsolução dos implicados em toda a cadeia de comando da matança. O que vem por aí? Negacionismo à brasileira?<sup>40</sup>

É verdade, diversos órgãos de imprensa, alguns antes, outros depois, construíram uma memória sobre sua participação naquele período da história do Brasil, especialmente quando começou a ficar claro que a ditadura acabaria. Mas identificar a posição da imprensa com a opinião da sociedade, assumindo de forma acrítica aquilo que vulgarmente se denomina

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e história. Rio de Janeiro: EdUFRJ; Editora Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2010.

<sup>37</sup> No editorial “Limites à Chávez” da *Folha de S. Paulo*, do dia 17 de fevereiro de 2009.

<sup>38</sup> Manifestação que reuniu cerca de 300 pessoas, segundo noticiou a própria *Folha de S. Paulo*, em edição de 8 de março de 2009. Um apanhado do ocorrido pode ser lido em TOLEDO, Caio Navarro de. Crônica política sobre um documento contra a “ditabranda”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v.17, n.34, p.209-217, 2009.

<sup>39</sup> VILLA, Marco Antonio. Ditadura à brasileira. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 de março de 2009.

<sup>40</sup> ARANTES, 1964: o ano que não terminou, op. cit., p.209.

## DITADURA “CIVIL-MILITAR”?: CONTROVÉRSIAS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE O PROCESSO POLÍTICO BRASILEIRO NO PÓS-1964 E OS DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE

“opinião pública”, não é argumento plausível, senão para aqueles que insistem em, a despeito das evidências, provar uma cumplicidade dos “brasileiros” com a ditadura implantada em 1964. Em vez disso, melhor seria o entendimento da imprensa, para além de uma fonte de informações sobre os acontecimentos correntes e da opinião de seus leitores, um mercado formado por empresas capitalistas fabricantes de ideologias que se comportam como “partidos”, no sentido dado por Gramsci.<sup>41</sup> Quem produziu as narrativas justificadores do golpe e da ditadura foram jornais como *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* que nos idos de março de 1964 venderam a versão de que era Jango quem pretendia dar um golpe, perpetuando-se no poder e abrindo o espaço para que a “infiltração comunista” tomasse o poder. Principalmente em períodos de crise de hegemonia, a imprensa corporativa exacerba sua ação que

não somente visa satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área.<sup>42</sup>

Mas isso nem sempre é eficiente, e capaz de moldar as opiniões políticas de setores expressivos da sociedade, como denota o fato de que embora já fosse a mais importante corporação empresarial na área das comunicações, as empresas da família Marinho não tenham logrado sucesso em evitar que a oposição ao regime tenha conquistado amplas parcelas da população

brasileira para os maiores movimentos de massas da história do país nos anos 1980 (que compreenderam desde a campanha das *Diretas já!*, e um cenário ascendente da luta de classes, em meio a uma crise sem precedentes na economia brasileira).

### Considerações finais

A primeira parte do documentário de Patricio Guzman, *A batalha no Chile*, cujo tema é o golpe contra Salvador Allende, denomina-se “A insurreição da burguesia”.<sup>43</sup> Como o próprio subtítulo indica, seu autor atribuiu ao 11 de setembro de 1973 não simplesmente uma intervenção militar contra um governo de esquerda constitucional; nem simplesmente uma intervenção de “civis” e militares interrompendo o regime democrático. Tal como ocorreria em diversos outros países da América do Sul nos anos 1960 e 1970, também ali se tratou de uma ação das classes dominantes chilenas, em conluio as Forças Armadas e as forças do imperialismo estadunidense. Para além do terrorismo de Estado, o caráter de classe do golpe chileno seria logo evidenciado pela rápida implantação de políticas econômicas neoliberais.<sup>44</sup> Ocorrido quase uma década antes, o golpe de 1964 no Brasil foi lido por uma série de críticos numa chave muito próxima, embora por aqui, certamente, o projeto vencedor não tenha sido o neoliberal.

O propósito deste trabalho foi o de problematizar e questionar as formulações de certa historiografia recente que, sob o invólucro do termo impreciso “civil-

<sup>41</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.350.

<sup>42</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, Vol.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.197.

<sup>43</sup> GUZMAN, Patricio. *A batalha no Chile* (Cuba, Chile, França, 1975).

<sup>44</sup> HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. 2ª edição. São Paulo: Loyola, 2011, p.17-19.

militar”, deslocou o sentido dado por um dos pioneiros do seu uso, René Dreifuss. Além de descolar a explicação do processo político da dinâmica do capitalismo e de suas contradições, tais historiadores ainda introduzem noções algo perigosas, como a de que a “sociedade brasileira” teria sido *cúmplice* daqueles anos terríveis. Especialmente em tempos de Comissão Nacional da Verdade e desses bem vindos movimentos de jovens conhecidos como *escrachos*, as responsabilidades éticas intrínsecas à disciplina cujo propósito é a investigação e o esclarecimento sobre o passado devem ser levadas em conta.

Ao distribuir a “culpa” ao conjunto da sociedade (a esquerda e a direita, os torturadores e os torturados, os que deram o golpe e os que o sofreram) tal *revisionismo histórico* acaba por incorrer, no campo construção do conhecimento histórico, no mesmo tipo de mistificação conservadora que engendrou a Lei de Anistia e o pacto de conciliação que presidiu a transição para o atual regime democrático brasileiro. Recolocar o capitalismo no centro da reflexão sobre a ditadura parece ser a tarefa premente do pensamento crítico nos embates que temos pela frente. Dito isto, melhor seria que em vez de “civil-militar” nos habituássemos a utilizar uma outra caracterização também feita por Dreifuss, e que talvez capture com mais precisão a natureza daquele regime: uma *ditadura empresarial-militar* implantada a partir de uma insurreição contra-revolucionárias das classes dominantes.

**Recebido em: 16/11/2012**

**Aceito em: 20/11/2012**